

# Bolsonaro defende o fim do Ministério do Meio Ambiente

Categories : [Reportagens](#)

*Hoje, ((o))eco inicia a publicação de textos sobre as propostas ambientais dos candidatos à presidência da República. Neste artigo, analisamos o programa e as declarações públicas sobre o tema de Jair Bolsonaro, do PSL, que vem liderando as pesquisas de intenção de voto.*

\*\*\*

A expressão meio ambiente só aparece uma vez no programa de governo do candidato Jair Bolsonaro (PSL). Está na seção que trata sobre o novo modelo institucional da Agricultura (pág. 68), como “meio ambiente rural”.

Em sua proposta específica para a área ambiental, o candidato líder nas pesquisas não apresenta qualquer menção a bioma, desmatamento ou saneamento básico, por exemplo.

Em entrevistas e discursos, o candidato costuma reclamar da demora no [licenciamento ambiental](#) e repete a crítica no programa de governo, quando diz que as pequenas centrais hidrelétricas têm “enfrentado barreiras quase intransponíveis no licenciamento ambiental”. E complementa: “Há casos que superam os dez anos. Faremos com que o licenciamento seja avaliado em um prazo máximo de três meses” (Página 71).

Se pelo plano de governo não há como saber o que pensa o candidato sobre a área ambiental, suas entrevistas, pronunciamento e discurso esclarecem alguns pontos.

A defesa da fusão dos ministérios da Agricultura e Meio Ambiente para colocar “um fim na indústria das multas, bem como levar harmonia ao campo” foi feita pelo candidato em vídeo publicado no seu canal no [YouTube no dia 14 de março](#) deste ano.

“O futuro do Ministério da Agricultura, que é importantíssimo, a Agricultura tá levando o Brasil nas costas. E olha os problemas que esse pessoal do campo está tendo, além do MST, além do problema do fundo rural, o problema da Lei Kandir. As multagens (sic), é um absurdo o que estão fazendo, as multagens (sic) que estão fazendo junto aos produtores, em especial os do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, também no Pará estão fazendo a mesma coisa, no Brasil todo, mas nesses estados com muito mais força. Querem matar o homem do campo. Nós inclusive pensamos em fundir o Ministério da Agricultura com o Meio Ambiente. Aí vai acabar a brincadeira, vai acabar a brincadeira dessa briga entre ministérios. E quem vai indicar vão ser os homens do campo, são as entidades que vão indicar”, afirmou.

Para Bolsonaro, as multas e fiscalizações feitas pelos órgãos ambientais federais sufocam o

agronegócio.

## **Exploração da Amazônia**

Em mais de uma oportunidade, o candidato defendeu a exploração da Amazônia, principalmente para obtenção de recursos minerais, que deverá ser feita através de "[parcerias com países democráticos como os EUA](#)". A exploração do nióbio e do grafeno, dois produtos apresentados como salvadores da economia do Brasil pelo candidato, entram nessa ideia de ocupar a Amazônia e de condenar a criação de unidades de conservação e terras indígenas na região, pois uma parte das reservas de nióbio -- mineral raro no mundo, mas abundante no Brasil -- está localizada no maior estado da Amazônia Legal, o Amazonas.

A regulamentação da exploração de mineração em terras indígenas é uma das pautas do presidenciável, que pretende levar o assunto ao Congresso, caso seja eleito.

Em [recente entrevista](#) ao apresentador Datena, da Band, o candidato defendeu a expansão de hidrelétricas na região. Segundo o presidenciável, a política ambiental e indigenista são um dos entraves ao desenvolvimento da Amazônia:

"Por que que Roraima não consegue ir pra frente? problema ambiental e indigenista. Cê (sic) tem que resolver este assunto. Você tem 12 quilômetros do vale do rio Cotingo, uma queda de 600 metros, onde você pode ter energia para Roraima e sobra ainda para exportar para a periferia toda ali. Não pode porque? questão indigenista."

"Por que que Roraima não consegue ir pra frente? problema ambiental e indigenista. Cê (sic) tem que resolver este assunto. Você tem 12 quilômetros do vale do rio Cotingo, uma queda de 600 metros, onde você pode ter energia para Roraima e sobra ainda para exportar para a periferia toda ali. Não pode por quê? questão indigenista. Daí a gente vai e conversa com índio. O índio quer ganhar royalties da energia elétrica nossa. Por que não fazer uma hidrelétrica então lá?", questiona.

## **Acordo do Clima**

Não há menção sobre clima, mudanças climáticas e Acordo de Paris no programa do candidato do PSL à presidência. Mas Bolsonaro já disse que é favorável a retirada do país no acordo de combate às mudanças climáticas, por considerá-lo uma ameaça à soberania nacional.

"O que está em jogo é a soberania nacional, porque são 136 milhões de hectares que perdemos ingerência sobre eles", [disse Bolsonaro a jornalistas](#), no começo de setembro.

## **Unidades de Conservação**

Um dos eventos mais polêmicos envolvendo o presidenciável foi o episódio em que multado em 2012 após ser flagrado pescando em uma Estação Ecológica, tipo de unidade de proteção integral que não permite pesca dentro do seu domínio. Após a multa, o deputado, na época no PP, entrou com um mandado de segurança na Justiça para obter autorização para a prática de pesca amadora na unidade de conservação, usando como argumento os interesses de pescadores da região, impedidos de pescar naquele ponto da bacia de Ilha Grande, entre Angra e Paraty (RJ).

Após a multa, o deputado chegou a se pronunciar no Congresso Nacional contra a postura do Ibama. Disse que tinha permissão dada pela então ministra da Pesca, Ideli Salvatti, que fez um requerimento garantindo a pesca de pescadores artesanais na área.

Alguns meses após a confusão com o Ibama, em junho de 2013, o deputado apresentou um Projeto de Decreto Legislativo (PDC 916/13) que proíbe o uso de armas de fogo pelo agentes de fiscalização ambiental.

Tendo o porte de arma uma de suas bandeiras, o candidato pediu o arquivamento do projeto em junho de 2015.

Em março de 2013, a Procuradoria Geral da República (PGR) apresentou uma denúncia por crime ambiental por causa da pesca na área protegida. A denúncia foi rejeitada pelo Supremo Tribunal Federal três anos depois, com base no princípio de insignificância, quando a lesão provocada pela conduta é considerada irrelevante.

## Saiba Mais

[Plano de governo - Jair Bolsonaro.](#)

## Leia Também

<https://www.oeco.org.br/noticias/mineradoras-de-olho-nas-unidades-de-conservacao-no-sul-do-amazonas/>

<https://www.oeco.org.br/reportagens/extincao-de-reserva-mineral-contrariou-parecer-do-mma/>

<https://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/27188-bolsonaro-entra-na-justica-para-pescar-em-reserva-ecologica/>

**((o))eco**

Jornalismo Ambiental

<https://www.oeco.org.br>

---